

RECURSO ESPECIAL Nº 1.521.190 - AL (2015/0057691-5)

RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : ARLENE CAVALCANTI
RECORRIDO : HUMBERTO GOMES DE MELO
RECORRIDO : KEITH CARINE COSTA
RECORRIDO : CECILIA RODRIGUES DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : FELIPE SARMENTO CORDEIRO - AL005779
RICARDO ANDRÉ BANDEIRA MARQUES E OUTRO(S) -
PE022713

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela União, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a e c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

A União foi condenada, na ação coletiva ajuizada pelo SINDPREV-AL, a pagar o reajuste de 47,94%.

Na fase das execuções, a União ajuizou embargos alegando a inexigibilidade do título judicial, com base na inconstitucionalidade do reajuste, declarada pelo Supremo Tribunal Federal. A sentença, de cópia às fls. 737-740, acolheu parcialmente os embargos para reconhecer a compensação do reajuste de 22,07% concedido anteriormente, determinando, assim, o prosseguimento da execução no valor de R\$ 321.976,62 (trezentos e vinte e um mil, novecentos e setenta e seis reais e sessenta e dois centavos). A Corte Regional negou provimento à apelação da União e acolheu o recurso dos embargados para afastar a compensação dos reajustes (fls. 325-335).

Ao julgar embargos de declaração opostos por ambas as partes, o tribunal, de ofício e por maioria, entendeu violados os arts. 38 da Lei Complementar n. 73/93 e 6º da Lei n. 9.028/95, porque não realizada a intimação pessoal do membro da Advocacia-Geral da União a respeito dos despachos que inadmitiram os recursos especial e extraordinário interpostos, pela União, no processo de conhecimento, contra o acórdão que reformara a sentença e reconheceu o direito ao aludido reajuste. Eis a ementa do acórdão:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. REAJUSTE DE 47,94%. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE MANDADO DE INTIMAÇÃO DOS DESPACHOS QUE INADMITIRAM OS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTOS NO PROCESSO DE CONHECIMENTO, BEM COMO AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO MEMBRO DA ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO. ART.

Superior Tribunal de Justiça

241, INCISO II, DO CPC, ART. 38 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 73/93 E ART. 6º DA 9.028/95. INFRINGÊNCIA ÀS NORMAS DE ORDEM PÚBLICA. NULIDADE CONHECIDA DE OFÍCIO DOS ATOS PRATICADOS NA AÇÃO DE CONHECIMENTO APÓS A PROLAÇÃO DOS DESPACHOS QUE INADMITIRAM OS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO. NULIDADE IGUALMENTE DE TODO O PROCESSO DE EXECUÇÃO. INTIMAÇÃO PESSOAL DO MEMBRO DA ADVOCACIA DA UNIÃO FEDERAL, PARA, QUERENDO INTERPOR OS RECURSOS CABÍVEIS DAS DECISÕES DE FLS. 212/213 PROFERIDA NOS AUTOS DA AÇÃO ORDINÁRIA. Ocorrência.

1. Preceitua o inciso I, do art. 241, do CPC, que sendo a intimação ou citação efetivada por oficial de justiça o prazo começa a correr da juntada aos autos do mandado intimação devidamente cumprido.

2. Por sua vez, preceitua o art. 38 da Lei Complementar 73/93 e art. 6º da Lei nº 9.028/95, que a intimação do Membro da Advocacia Geral da União será feita pessoalmente.

3. Conforme se depreende dos dispositivos legais supracitados resta patente que, tendo-se como indiscutível o direito do Representante da União de ser citado ou intimado pessoalmente, o prazo para a União recorrer, se procedida de modo regular a sua intimação - via mandado -, só se inicia após a juntada aos autos do mandado de intimação, significando pois, que em tratando-se na hipótese de norma cogente, a ausência de tal ato, implica obviamente, em nulidade processual, no caso nulidade absoluta, por contrariedade à expressa disposição legal.

4. Constatando dos autos do processo de conhecimento, que não fora efetivada a juntada do mandado de intimação, bem como efetivada a intimação pessoal do Representante da União Federal em relação aos despachos que inadmitiram os recursos especial e extraordinário, sendo estes efetivados mediante publicação, restou na hipótese, desatendido o comando legal suprarreferido, razão pela qual tem-se por não iniciado o decurso do prazo para a União interpor o recurso cabível, impondo-se por conseguinte, declarar a nulidade da intimação da União Federal, quanto aos despachos de fls., proferidos no processo de conhecimento.

5. Na hipótese, lasteando-se a execução ora embargada, em título executivo com trânsito em julgado e, verificando-se dos autos da ação de conhecimento a ocorrência de patente nulidade de caráter absoluto a macular o referido processo de execução, haja vista não poder ter-se como definitiva a referida execução, mas sim em caráter provisório, pois ainda pendente de interposição de recurso e, levando-se em consideração ser pacífico o entendimento, seja nos Tribunais inferiores, seja no próprio Supremo Tribunal Federal, de ser indevida a aplicação do reajuste de 47,94% incidentes sobre os vencimentos de servidores públicos e por fim, levando-se em consideração a vultuosa quantia que ora se executa, impõe-se seja determinada a suspensão imediata da referida execução, como forma de salvaguardar o interesse público, a sobrepor, o interesse privado, no caso os exequentes.

6. Atendendo ainda, que a execução foi desmembrada em várias execuções, requeridas a base de cinco exequentes, que se estenda esta decisão de forma a abranger as demais execuções em formação no juízo originário, embasadas que foram no mesmo título executivo judicial.

7. Preliminar de nulidade da execução e dos atos praticados na ação de conhecimento, após a prolação dos despachos de fls. 212/213, conhecida de ofício e acolhida.

8. Embargos de Declaração prejudicados (fls. 377-378).

Os exequentes interpuseram embargos infringentes com base no voto vencido que afastava a preliminar de nulidade por falta de intimação no processo de conhecimento.

A Corte de origem deu provimento aos infringentes, em acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTE DE REMUNERAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. NULIDADE DA INTIMAÇÃO DE DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. COMPETÊNCIA. VÍCIO SANADO PELA POSTERIOR VISTA DOS AUTOS. OMISSÃO NÃO VERIFICADA.

1. Houve vício, no processo de conhecimento, quando o ente público não foi intimado, pessoalmente, da decisão em que inadmitidos os recursos especial e extraordinário por ela interpostos.

2. Embora tal vício diga respeito a ato da Presidência, não há que se falar em incompetência da Turma, considerando que não está em questão o vício em si mesmo, e sim, a sua repercussão quanto ao título judicial objeto dos embargos à execução em exame na Turma.

3. Contudo, embora se cuide de hipótese de nulidade, que pode ser reconhecida de ofício, o ente público tomou ciência da decisão em tela, quando da vista dos autos, para a oposição dos embargos, e não suscitou a matéria, nos embargos, nem interpôs, a partir de tal vista, no prazo legal, o agravo de instrumento, para a reapreciação da citada decisão.

4. Não resta possível, por conseguinte, reconhecer tal nulidade, em embargos declaratórios que atacam acórdão prolatado na apreciação dos embargos a execução, já que, afinal, a decisão que inadmitiu os recursos excepcionais, quando da aludida vista, foi comunicada à parte interessada.

5. Não houve omissão, a respaldar embargos declaratórios, considerando que o vício de intimação não foi alegado na petição inicial dos embargos, nem nos recursos de apelação, nem foi examinado pelo juízo monocrático, quando prolatou a sentença, nem pela Turma, quando examinou os apelos.

6. Embargos infringentes providos (fls. 456-457).

Contra o acórdão dos infringentes, a União interpôs recurso especial (REsp n. 904.322/AL), que teve o seguimento negado por decisão do relator (fls. 498-502), posteriormente confirmada pela Turma (fls. 525-530). Sucessivamente, a União interpôs recurso extraordinário, também inadmitido pela Suprema Corte. O trânsito em julgado ocorreu em 12/8/2011 (fl. 658).

Este recurso tem origem na ação rescisória (AR n. 7039/AL), ajuizada, em 25/6/2012, pela União para desconstituir o acórdão proferido nos embargos infringentes acima referidos.

A autora requereu tutela de urgência que determinasse a suspensão da execução, que foi deferida pela decisão de fls. 1.163-1.164.

Superior Tribunal de Justiça

Valor atribuído à causa: R\$ 1.000,00 (mil reais).

O Tribunal *a quo* extinguiu a ação rescisória, em acórdão assim ementado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE. 47,94%. EMBARGOS À EXECUÇÃO. INEXIGIBILIDADE DE TÍTULO EXECUTIVO. ARTIGO 741, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA UNIÃO DAS DECISÕES QUE INADMITIRAM OS RECURSOS EXTREMOS. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 730 DO CPC. NÃO ARGÜIÇÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL NA EXECUÇÃO. MÉRITO JULGADO PELO STJ. INCOMPETÊNCIA DESTA CORTE PARA O JULGAMENTO DA RESCISÓRIA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

1. A União entrou com embargos à execução, alegando que não foi regularmente intimada da decisão que negou seguimento aos Recursos Especial e Extraordinário que interpôs no processo de conhecimento.

2. Em sede de apelação, a Segunda Turma declarou a nulidade da execução, entendendo pela inexistência de intimação regular da União. O Pleno reformou a decisão em sede de Embargos Infringentes, por reconhecer a validade da intimação, uma vez que, mesmo não tendo ocorrido intimação regular, os autos baixaram ao primeiro grau e foram submetidos à União para que se posicionasse acerca da Execução e ela não se manifestou quanto à referida nulidade.

3. O referido julgado, proferido em sede de Embargos Infringentes, é alvo da ação rescisória intentada pela União, que alega violação ao artigo 530 do CPC em face do descabimento dos embargos infringentes, sob a alegação de que o acórdão embargado não teve conteúdo meritório.

4. Da referida decisão, a própria União interpôs Recurso Especial, oportunidade que teve para alegar a ofensa ao artigo 530 do CPC e não o fez, tendo o STJ concluído pela inaplicabilidade do Parágrafo Único do artigo 741 do CPC, visto que o trânsito em julgado da decisão do processo de conhecimento se deu anteriormente à vigência do mencionado dispositivo legal, de modo que manteve a execução do reajuste de 47,94%.

5. A última decisão de mérito nos embargos à execução foi tomada pelo colendo Superior Tribunal de Justiça ao dizer que o índice é devido, no caso concreto, por não se aplicar o artigo 741, parágrafo único do Código de Processo Civil.

6. Não tem este Tribunal como rescindir acórdão do Col. STJ, na forma do artigo 105, I "e" da CF/88.

7. Ação rescisória extinta, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, IV, do CPC.

Ambas as partes opuseram embargos de declaração. O recurso da União foi rejeitado, enquanto os declaratórios dos particulares foram acolhidos para condenar o ente público ao pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) (fls. 1.350-1.357).

Superior Tribunal de Justiça

A União interpôs então o recurso especial de fls. 1.361-1.388, em 10/1/2014, com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando ofensa aos arts. 93, 113, § 2º, 485, V, 530, 535, II, todos do CPC/73, e ainda ao art. 108, I, *a*, *c/c* o art. 105, I, *e*, da Constituição Federal.

Interpôs também o recurso extraordinário de fls. 1.405-1.419.

Contrarrazões às fls. 1.447-1.472.

O recurso estava concluso à Vice-Presidência do Tribunal *a quo*, para o exame da admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, quando, diante do requerimento formulado pelos exequentes, de desbloqueio dos precatórios, o Desembargador determinou o retorno dos autos ao relator para o exame do pedido (fl. 1.501).

A decisão de fls. 1.502-1.503, que deferiu o requerimento dos exequentes, foi confirmada pelo colegiado Pleno da Corte de origem, em acórdão assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO RESCISÓRIA EXTINTA. DECISÃO QUE CASSOU A LIMINAR ANTERIORMENTE CONCEDIDA. MANUTENÇÃO. NÃO PROVIMENTO DO AGRAVO.

1. Agravo regimental interposto pela União em face de decisão que deferiu o pedido de fl. 1425, determinando o prosseguimento de eventuais execuções referentes ao processo principal.

2. Aduz a agravante que é impossível a expedição de qualquer requisitório de pagamento em razão da ausência de certeza quanto ao efetivo trânsito em julgado do título executivo em questão, de modo que requer a reconsideração do julgado sob análise.

3. A União entrou com embargos à execução, alegando que não foi regularmente intimada da decisão que negou seguimento aos Recursos Especial e Extraordinário que interpôs no processo de conhecimento.

4. Em sede de apelação, a Segunda Turma declarou a nulidade da execução, entendendo pela inexistência de intimação regular da União. O Pleno reformou a decisão em sede de Embargos Infringentes, por reconhecer a validade da intimação, uma vez que, mesmo não tendo ocorrido intimação regular, os autos baixaram ao primeiro grau e foram submetidos à União para que se posicionasse acerca da Execução e ela não se manifestou quanto à referida nulidade.

5. Acórdão proferido em sede de Embargos Infringentes enfrentado via ação rescisória.

6. Em sede de liminar, foi deferida a medida de urgência, determinando-se a suspensão de toda e qualquer, execução relativa à aplicação do índice de 47,94% aos vencimentos de servidor público.

7. A rescisória foi julgada extinta, sob o fundamento de que a última decisão de mérito nos embargos à execução foi tomada pelo colendo

Superior Tribunal de Justiça

Superior Tribunal de Justiça, ao dizer que o índice é devido, no caso concreto, por não se aplicar o artigo 741, parágrafo único do Código de Processo Civil, concluindo-se que este Tribunal é incompetente para o julgamento da ação rescisória, na forma do artigo 105, I "e" da CF/88.

8. Diante disso, ressaltando-se que o pedido formulado à fl. 1425 não consiste em execução provisória do julgado, sendo desta relatoria a atribuição para analisar a postulação, e, considerando-se que a extinção da rescisória implica, necessariamente, a cassação da liminar concedida às fls. 1172/1173, deve ser garantido o prosseguimento de eventuais execuções referentes ao processo principal, anteriormente suspensas em decorrência da presente ação rescisória.

9. A alegação vertida no agravo ora apreciado nada mais é que mera repetição dos argumentos utilizados na inicial como fundamento para a rescisão do acórdão prolatado em sede de embargos infringentes, não havendo, nesta via, o que se discutir acerca da regularidade, ou não, da intimação da União no processo de conhecimento.

10. Agravo Regimental não provido.

Em novo recurso especial (fls. 1.532-1.562), a União reedita os argumentos do recurso de fls. 1.361-1.388, formula exatamente o mesmo pedido ao final, mas acrescenta capítulo no qual alega violação dos arts. 568, I, e 586 do CPC/73. Sustenta, em síntese, que não é possível a expedição de requisitórios de pagamento diante da incerteza quanto ao trânsito em julgado.

Aduz ainda que há decisão do Pleno do Tribunal Regional, nos autos do processo de conhecimento originário, determinando nova intimação a respeito das decisões de inadmissibilidade dos recursos especial e extraordinário. Afirma que, demonstrada a inexistência de título executivo com trânsito em julgado, não há direito à expedição do requisitório de pagamento.

Em contrarrazões, os exequentes alegam preclusão recursal consumativa, falta de prequestionamento. Invocam a decisão tomada pelo STJ no AgRg no REsp n. 921.449/AL, que afastou a alegada nulidade por falta de intimação no processo originário. Enfim, impugnam, no mérito, as alegações de ofensa aos dispositivos do CPC/73, tal como já haviam feito nas contrarrazões de fls. 1.477-1.472, ao primeiro recurso especial.

O recurso especial de fls. 1.532-1.562 foi admitido pela decisão de fls. 1621, sem qualquer menção ao recurso anterior.

Parecer do Ministério Público, às fls. 1.635-1.642, pelo parcial conhecimento do recurso e desprovimento dessa parte.

Relatados. Decido.

A decisão recorrida foi publicada sob a égide da legislação processual civil anterior. Por isso, em relação ao cabimento, processamento e pressupostos de admissibilidade dos recursos, observam-se as regras do

Superior Tribunal de Justiça

Código de Processo Civil de 1973, diante do fenômeno da ultra-atividade e do Enunciado Administrativo n. 2 do Superior Tribunal de Justiça.

O primeiro recurso especial (fls. 1.361-1.388), que nem sequer passou pelo exame prévio de admissibilidade na instância de origem, não será examinado neste momento. Passo, portanto, à análise do recurso especial de fls. 1.532-1.562.

A quase totalidade das alegações deduzidas no segundo recurso especial, são, como já dito acima, a reedição do primeiro recurso, voltadas, assim, contra o acórdão de fls. 1.265-1.298, que extinguiu a ação rescisória.

Chama a atenção, sobremaneira, o parágrafo final do recurso sob exame, que veicula, *ipsis litteris*, pedido exatamente igual ao do primeiro:

Assim, demonstrada a violação aos dispositivos de lei, requer a União seja o presente RECURSO ESPECIAL conhecido e provido, para determinar a reforma do Acórdão proferido pelo e. Tribunal Regional Federal da 5a Região, anulando o acórdão recorrido que extinguiu a ação rescisória sem julgamento de mérito, em razão da alegada incompetência do TRF da 5a Região para processar e julgar a ação rescisória em tela, invertendo-se o ônus sucumbencial (fl. 1562).

De novidade, a União alega, nessa segunda oportunidade, apenas ofensa aos arts. 568, I, e 586, do CPC/73, pretendendo convencer da inexistência de título judicial executivo com trânsito em julgado, a impedir a expedição das requisições de pagamento.

Ocorre que a Corte regional, no acórdão recorrido, não trata de qualquer aspecto da controvérsia que tenha relação com os dispositivos acima apontados, nem se ocupou a União de provocar o órgão julgador por meio de embargos de declaração, a fim de obter o pronunciamento que suprisse o necessário prequestionamento viabilizador do recurso especial. Incide, portanto, o entendimento contido nas Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Ademais, o recurso não rebate o fundamento central do acórdão, no sentido de que a extinção da ação rescisória implicou a cassação da liminar concedida para suspender o prosseguimento das execuções. Tal deficiência dá ensejo à aplicação das Súmulas n. 283 e 284 do STF, segundo as quais, respectivamente, é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles e quando a deficiência, na sua fundamentação, não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Por fim, o argumento de que não haveria título executivo com trânsito em julgado contradiz uma das duas primeiras hipóteses de cabimento

Superior Tribunal de Justiça

da ação rescisória, de acordo com o *caput* do art. 485 do CPC/73:

Art. 485. A sentença de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando: [...]

Ante o exposto, com esteio no art. 255, § 4º, inciso I, do RISTJ, não conheço do recurso especial de fls. 1.532-1.562 e determino o retorno dos autos à origem a fim de que se faça o exame prévio da admissibilidade do recurso especial de fls. 1.361-1.388.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 05 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator